

Dossiê: Políticas educacionais para a educação infantil: dilemas atuais e perspectivas para a infância

Apresentação

Maria Vieira Silva¹
Universidade Federal de Uberlândia

Vanessa Cristina Alvarenga²
Centro Universitário do Cerrado Patrocínio

A Constituição Federal de 1988, promulgada em 05 de outubro de 1988, constituiu-se em um marco referencial importante para os direitos sociais na realidade brasileira, e, em específico, para o campo da Educação Infantil, uma vez que a Carta Magna reconhece o direito das crianças de 0 a 6 anos à educação e direito dos pais e mães trabalhadores a terem seus filhos pequenos cuidados e educados em creches e pré-escolas. Com efeito, a Constituição de 1988 se tornou uma referência importante para a elaboração de leis infraconstitucionais e colaborou para a regulação das políticas educacionais recentes.

Campos, Rosemberg e Ferreira (1993), ressaltam que as profundas transformações sociais e políticas decorrentes da redemocratização do país, assim como a pressão dos movimentos sociais pelo fortalecimento do atendimento educacional, foram fundamentais para a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 – a primeira lei brasileira a instituir o direito à educação das crianças menores de seis anos.

Após a referida efeméride, uma nova equipe ocupou o setor de Educação Infantil no Ministério da Educação/Coordenação de Educação Infantil (MEC/COEDI), elaborando

¹ Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas com estágio de pós-doutorado realizado no *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques* de Paris – Université Paris VIII. Professora Titular de Políticas e Gestão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas Educação e Cidadania – UFU. Diretora de Formação e Desenvolvimento da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE. Membro do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Educacionais da ANPED e membro do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES. *E-mail*: mvieiraufu@ufu.br

² Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP). Doutora em Educação – UFU. *E-mail*: vanessac@unicerp.edu.br

assim, com a participação de vários segmentos sociais (universidades, partidos políticos, movimentos sociais, dentre outros), uma nova proposta de política para essa etapa educacional, afastando-se do modelo “não formal” que vinha sendo defendido pelas agências internacionais. Rosemberg (2003) afirma que, “[tal equipe] planejava a tradução, em política setorial, das diretivas constitucionais sobre Educação Infantil como direito à educação da criança de 0 a 6 anos” (ROSEMBERG, 2003, p. 183).

Segundo BARBOSA et al., (2005), a discussão sobre a constituição de políticas para a Educação Infantil é uma tarefa difícil, pois quando se analisa os fatos e processos históricos numa perspectiva dialética, exige-se uma compreensão da realidade que se encontra em movimento e um olhar cauteloso aos seus multideterminantes. Sob tal perspectiva, a configuração das políticas educacionais, especificamente aquelas voltadas para a Educação Infantil, se articula às políticas sociais mais amplas, uma vez que “a educação da infância de baixa renda é assumida como vital para o controle da convulsão social decorrente do agravamento das crises econômicas, da pobreza e da miséria da maioria da população do planeta”. (BARBOSA et al., 2005 p. 01)

Face ao exposto, revisitar o percurso histórico ensejado pelas políticas educacionais nos 30 anos posteriores à promulgação da Constituição Federal, possibilita-nos reconhecer que os dispositivos legais e referenciais curriculares produzidos foram e são fundamentais para assegurar questões importantes referentes à materialização de uma Educação Infantil de qualidade. Por outro lado, reconhecemos também que a luta por um projeto nacional de qualidade para a Educação Infantil é incessante, visto que ainda temos no Brasil uma grande lacuna entre a dimensão legal e a dimensão real quando se trata da efetividade do direito à garantia da Educação Infantil. Causa-nos desalento constatar que a Ementa Constitucional 95 produzirá efeitos nefastos no financiamento da Educação Básica e inviabilizará o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). De forma paralela a esse processo, presenciamos também a ampliação dos convênios entre os sistemas públicos de educação e organizações da esfera não estatal, os quais impactam sobremaneira na garantia e qualidade do atendimento educacional às crianças pequenas. Destarte, reafirmamos a importância da ininterrupta luta pela garantia e qualidade da Educação Infantil brasileira.

Face a esse contexto, o presente Dossiê apresenta temas e reflexões acerca das políticas educacionais para a Educação Infantil, com a colaboração de professores que desenvolvem pesquisas na área. Com efeito, o conjunto de textos disponibilizados ao público, seguramente

proporcionará importantes contributos aos dilemas atuais enfrentados pela Educação Infantil brasileira e as perspectivas de enfrentamento dos mesmos.

O Dossiê está organizado com uma entrevista e seis artigos. As entrevistadas do Dossiê foram as Professoras Dra. Bianca Cristina Correa, Pedagoga pela Universidade de São Paulo (FEUSP), Mestre e doutorada em Educação pela Universidade de São Paulo (FEUSP). Como professora no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e membro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), atua e desenvolve pesquisa na área de Políticas e Práticas da Educação Infantil. E a professora Sumika Soares de Freitas Hernandez é Doutora em Educação (UFES), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e Mestre em Psicopedagogia - Universidad Central Marta Abreu de Las Villas e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1998). Pós-graduada em Gestão Educacional, Psicopedagogia, Educação Infantil, Língua Espanhola e Cultura Hispânica e Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Atua como professora de Educação Básica na Prefeitura Municipal de Vitória. Desenvolve estudos e pesquisas nos grupos GRUPICIS-UFES, GRUFOPEES e Federalismo e Educação. Membro no Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, no Fórum Nacional Popular de Educação representando o MIEIB, no Comitê Diretivo do MIEIB, no Colegiado do FOPEIES, no Fórum Estadual de Educação e no Fórum Municipal de Educação de Vitória.

No primeiro artigo “Docência na Educação infantil: um estudo do sentido pessoal para refletir sobre políticas públicas”, Camila Turati Pessoa (UnbB) e Nilza Sanches Tessaro Leonardo (UEM/PR) buscam discutir o sentido pessoal da atividade docente do professor da Educação Infantil, partindo do referencial de que a Educação deve permitir a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados, assim se pautam na Psicologia Histórico-Cultural como forma de compreensão da realidade. As autoras destacam que estudar o sentido pessoal construído pelo docente ao exercer sua atividade nos permite elaborar contribuições à Educação e às políticas públicas. E concluíram que, dentre outros aspectos, as condições de trabalho oferecidas às docentes interferem no modo como vivenciam e se apropriam de suas atividades, incidindo em como atuam em sala de aula.

Discutindo “O contexto de implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - Educação Infantil em municípios do interior paulista”, Eliza Maria Barbosa (UNESP/ Campus Araraquara) e Júlia Inês Pinheiro Bolota Pimenta (UNIARA), abordam em seu texto suas experiências de formadora do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

dirigido aos professores da Educação Infantil. Dessa forma, se pautam nas reflexões que se direcionam pelas especificidades do observado durante as formações deste programa, mas articulam-se com os desafios impostos no âmbito geral das políticas de formação docente, em particular, no interior dos municípios, contexto que, segundo as autoras, as ações empreendidas por essas políticas adquirem materialidade e exigem aperfeiçoamento. Reiteram a necessidade de promover práticas sistemáticas de formação dos professores, indicando-as como meio para atingir os fins da escola, independentemente de seu nível, que é assegurar aos indivíduos suas máximas possibilidades de desenvolvimento.

Heitor Abadio Vicente e Janaina Cassiano Silva (UFG/ Regional Catalão/ UFCAT), no artigo “As Políticas Públicas para a Educação Infantil: realidade de um município do sudeste goiano”, teve por objetivo identificar e analisar as concepções de cuidado e ensino presentes no Projeto Político Pedagógico do município de Catalão/GO para a Educação Infantil à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Para tanto adotou-se como objeto de estudo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do município de Catalão/GO para a Educação Infantil, bem como os PPPs de três instituições municipais de educação infantil. Os autores concluem que o Projeto Político Pedagógico de Catalão/GO apresenta um panorama geral da educação infantil, diagnósticos e metas; enquanto os PPPs das instituições são mais específicos ao abordarem atividades a serem desenvolvidas na escola, bem como a infraestrutura da mesma.

Abordando sobre o direito à Educação Infantil, Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa Carrijo (UFT/ Campus de Palmas), discute em seu texto sobre o direito à educação infantil e a correlação com as políticas públicas via planos de educação. Para tanto analisa a Constituição Federal de 1988 e o Plano Nacional de Educação de 2014. A autora destaca o importante papel da Constituição Federal na garantia da educação da pequena infância, mas chama a atenção para os anos de 1990, que marca a subtração desse direito, via a reforma do Estado, a partir do ideário neoliberal, o qual trouxe graves problemas orçamentários para a educação e abriu o país para o processo de mundialização financeira. A autora destaca que com o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), tem-se a possibilidade de ampliar o acesso da população infantil, ainda que com limitações, até mesmo no estado do Tocantins, que estruturou o seu próprio Plano de Educação.

Continuando a discussão acerca do direito à Educação Infantil, Sangelita Miranda Franco Mariano (IF Goiano/ Campus Morrinhos), Ricardo Takayuki Tadokoro (IF Goiano/ Campus Ceres) e Flávia Gabriella Franco Mariano (UFMG) apresentam em seu artigo reflexões sobre o processo da institucionalização das políticas públicas de educação infantil no

Brasil. Os autores destacam que as crianças inseridas em creches e pré-escolas foram submetidas a um ordenamento jurídico, em muitos momentos, distante da atual perspectiva de dever do Estado de assegurar direitos sociais às crianças. Assim, a garantia cidadã do direito à educação infantil como conquista histórica revela um avanço em termos social, institucional e político. Mas, ressaltam os autores que as formulações de políticas públicas em relação à educação infantil podem ser analisadas como movimento permeado por avanços e limitações no que concerne ao direito a uma educação que contemple as especificidades dessa faixa etária.

O dossiê se encerra com o artigo “Avaliação das políticas públicas educacionais na visão das professoras de Educação Infantil uberlandenses”, de autoria de Vanessa Cristina Alvarenga (UNICERP), o texto é um recorte da pesquisa de doutorado da autora e traz a avaliação das professoras de Educação Infantil do município de Uberlândia-MG acerca das políticas públicas educacionais, tendo como foco os depoimentos das professoras baseado em suas vivências e concepções acerca da realidade de suas condições de trabalho e o entrelaçamento dessa com a legislação nacional e municipal, e os documentos oficiais municipais. As categorias de análise no presente texto foram: salário, mudanças de gestão municipal, avaliação de desempenho, Plano de Carreira. Por fim, a autora ressalta sobre a importância da legislação nacional e municipal na busca por melhores condições de trabalho das professoras da Educação Infantil.

Todos os artigos que aqui se encontram imprimem a responsabilidade pela busca da garantia e qualidade de uma Educação Infantil para as crianças brasileiras. Assim, esperamos contribuir com as suas reflexões e com as lutas pela causa da Educação Infantil!